

Publica Dívida interna cresce 63% em 84 e vai a Cr\$ 41,5 tri

A dívida pública interna atingiu, ao final de maio, Cr\$ 41,5 trilhões, com crescimento no ano de 63,2% e em doze meses de 246,55%. A emissão primária de títulos públicos federais superou a correção monetária de 58,9% e 184,9% e até a inflação de 60,7% e 235,5% nos respectivos períodos, informou ontem o Banco Central.

Do total de títulos emitidos pelo Tesouro, o Banco Central detinha em carteira, ao final do mês passado, Cr\$ 22,6 trilhões. Por isso, o Banco Central considera como dívida pública efetiva o saldo de Cr\$ 18,9 trilhões, o que corresponde ao volume global de papéis em circulação no mercado.

Em termos históricos - desde o início do endividamento interno, em 1964 - a dívida pública contribuiu com apenas Cr\$ 3,47 trilhões para a contração da base monetária - emissão primária de moeda. O Tesouro utilizou a emissão de Cr\$ 35,1 trilhões apenas para cobrir o custo da rolagem da dívida e Cr\$ 7,2 trilhões para a cobertura de déficits fiscais, com a contrapartida de Cr\$ 4,3 trilhões de receitas e transferências diversas.

Nos cinco primeiros meses do ano, a responsabilidade do Tesouro por títulos em circulação sofreu aumento líquido de Cr\$ 16,1 trilhões, o que mostra o impacto do custo da rolagem dos títulos públi-

cos, embora Cr\$ 6,7 trilhões tenham engordado a carteira do Banco Central no período.

Com a combinação da emissão primária e da colocação de títulos no mercado secundário, o Banco Central conseguiu contrair em Cr\$ 1,3 trilhão a liquidez da economia, nos cinco primeiros meses do ano. O Tesouro também contribuiu para a execução da política monetária com a transferência de recursos fiscais da ordem de Cr\$ 3 trilhões ao Banco Central e ao Banco do Brasil - Cr\$ 600 bilhões do superávit de caixa e Cr\$ 2,4 trilhões de repasses diretos.

Em relação ao programa de ajuste da economia brasileira acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a evolução do saldo da dívida tem importância menor. O FMI acompanha apenas a variação do volume de títulos fora da carteira das autoridades monetárias. Mesmo assim, o objetivo de atenuar o impacto monetário dos ganhos na balança comercial com a maior colocação líquida de papéis no **open** passou a pressionar o saldo do crédito interno líquido.

Embora o diretor da área bancária do Banco Central, José Luiz Silveira Miranda procure menosprezar o significado da evolução da dívida interna, o presidente da

Corretora Adolpho de Oliveira & Associados, Adolpho de Oliveira, insiste na tese de que o endividamento interno passou a representar problema maior que a dívida externa.

Para Adolpho de Oliveira, a dívida interna cresceu sem proveito algum para o País e não terá fim. Lembrou que, de janeiro a maio, a responsabilidade do Tesouro cresceu Cr\$ 16,1 trilhões - mesmo sem maxidesvalorização cambial - "e não acrescentou nada à economia". Na opinião do corretor, com endividamento interno de Cr\$ 41,5 trilhões, fica quase impossível encontrar solução para o problema. Mas aprovou a retirada das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) com cláusula cambial por refletir a busca do fim de dolarização da economia, "um câncer que o tecido econômico precisa eliminar rapidamente".

Defensor da correção monetária - "que não alimenta, apenas serve de desculpa para a inflação" - Adolpho de Oliveira afirmou que, sem os efeitos da desvalorização do cruzeiro no ativo e passivo interno, o Brasil pode ter duas políticas cambiais distintas: uma comercial e outra financeira, sem o risco de internar os reflexos inflacionários da variação cambial de estímulo às exportações.